

Recente pesquisa realizada pela Folha, em nove capitais brasileiras, a respeito da preferência do eleitorado em relação ao parlamentarismo ou presidencialismo, mostrou números bastante curiosos e que merecem nossa atenção. A sondagem, realizada com rigor científico, revelou que a população brasileira está, praticamente, dividida ao meio entre o presidencialismo (43%) e o parlamentarismo (42%). Mas a maioria dos entrevistados não sabe a diferença entre os dois sistemas de governo.

Sem demonstrar maior interesse pelos debates que se travam na Constituinte, parece que a população brasileira está indiferente ao sistema de governo a ser implantado no país. O que interessa aos brasileiros hoje é a gestão dos negócios públicos, que ele vagamente identifica como sendo de responsabilidade, única do presidente da República. É por isso que todas as vezes que a situação vai mal o desencanto e a inquietação popular apontam como saída a realização de eleições presidenciais diretas. Ou seja, para a substituição do homem que na imaginação do cidadão brasileiro comum é responsável por tudo de bom ou de ruim que acontece em sua vida. Não é por outra razão que as últimas pesquisas dão sempre índices superiores a 80% do eleitorado favoráveis a eleições diretas para a Presidência da República o mais rápido possível.

É no seu reconhecido bom senso até que o homem comum brasileiro tem razão. Não cabe aqui discutir quem são os responsáveis pelo quadro de crise econômica e social que estamos vivendo. Importa, contudo, observar que na desequilibrada divisão de poderes vigente no Brasil, com uma concentração de mando nas mãos do Poder Executivo, tanto a glória quanto o fracasso são sempre de quem dá as ordens sozinho.

É evidente que esse excesso de poder é uma distorção dos princípios básicos do regime democrático de governo. A democracia, tal como a conhecemos nos países ocidentais,

fundamenta-se num sistema quase perfeito de equilíbrio de forças, em que os detentores do poder executam tarefas complementares umas às outras e se vigiam mutuamente, ao mesmo tempo em que estão submetidos ao controle do povo, a única fonte legítima desse poder.

Uma divisão harmônica dos poderes entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário é a melhor fórmula para garantir o funcionamento de um regime político fundamentado nos princípios do respeito à liberdade individual e à liberdade de empreender. Esta é a base das democracias modernas.

Faço estas observações porque entendo que não tem maior relevância o debate em torno de presidencialismo ou parlamentarismo. Mais importante do que discutir o sistema de governo será assegurar, na futura Constituição, uma divisão equitativa dos Poderes da República e melhores condições para o desenvolvimento econômico e social do país.

Muito já se avançou na discussão de alguns pontos fundamentais da futura Constituição, mas entendo que o projeto aprovado pela Comissão de Sistematização comporta, ainda, aperfeiçoamento em seu texto, principalmente para eliminar alguns pontos polêmicos. Refiro-me, por exemplo, ao capítulo da Ordem Social. A pretexto de proteger os trabalhadores, os integrantes da Comissão de Sistematização aprovaram uma série de medidas — estabilidade no emprego, jornada semanal de 44 horas, horas extras pagas em dobro, licença gestante de 120 dias, obrigatoriedade das empresas contratarem 10% dos empregados entre trabalhadores com mais de 45 anos, entre outras — que além de criar novos e pesados encargos para as empresas, irão trazer tanta desorganização no mercado de trabalho que, no fundo, acabarão se voltando contra os interesses dos próprios trabalhadores.

Outro ponto que, em minha opinião, também deve ser revisto é o que estabelece que o mercado interno passa a fazer parte do patrimônio

nacional. O dispositivo, tal como está no texto do anteprojeto, abre espaços para a criação indiscriminada de "reservas de mercado" em todos os setores da economia. A experiência dessa medida na área de informática já parece mais do que suficiente para atestar o "custo-benefício" dessa proteção. Se queremos viver num país próspero e livre, não poderemos impor barreiras intransponíveis à presença do capital estrangeiro. O Brasil já atingiu um estágio de desenvolvimento que pode, perfeitamente, dispensar essas "salvaguardas" para a empresa privada nacional.

No aspecto político, um dos mais graves problemas do sistema eleitoral brasileiro é o distanciamento entre os representantes populares e seus representados, ou seja, o próprio povo. Deputados e senadores distanciam-se dos compromissos assumidos com a população, em função da atomização dos votos com os quais são eleitos. Só vejo uma saída para esse problema, uma única forma para ligar mais profundamente representantes e representados: o voto distrital. Ao ser obrigado a disputar os votos em pequenos distritos, o parlamentar cuidará melhor de formular suas promessas eleitorais e, depois, cumpri-las, pois seu contato com o eleitor será muito mais estreito. As cobranças serão constantes e diretas. Para evitar, porém, que a Câmara dos Deputados, em função dessa ligação, acabe virando apenas uma grande Câmara de Vereadores, com os parlamentares mais preocupados apenas com as questões que mais de perto interessam às comunidades que eles representam, entendo que o melhor para o Brasil é o sistema distrital misto, com metade dos parlamentares sendo eleita através do voto proporcional e a outra metade através do voto distrital.

No campo administrativo, é chegada a hora de promover a descentralização. E entendo que ela precisa ser feita em duas direções: os Estados e municípios devem ganhar mais autonomia financeira, através de uma

reforma tributária, de modo que parte dos impostos que vão hoje para Brasília fique com prefeitos e governadores. Em contrapartida, uma série de encargos, hoje de responsabilidade do governo federal, deve ser transferida para os Estados e municípios, principalmente nas áreas de educação e saúde. Com isto, todos terão a ganhar.

No setor econômico, sinto que é preciso delimitar as áreas de poder. A Constituinte já produziu alguns avanços, como é o caso da transformação do Banco Central em autoridade monetária independente. Já mais teremos uma política monetária séria, nem iremos conter o déficit público, enquanto o Banco Central funcionar como supridor de recursos para o Tesouro Nacional. E também as contas nacionais devem ter maior transparência, passando pelo Congresso a aprovação, com direito a discussões e alterações, de todos os orçamentos da União, aí incluídos os das estatais, da previdência social e dos bancos oficiais federais. Além disso, precisam ser criados mecanismos de acompanhamento e fiscalização, permanente, da execução desses orçamentos e da gestão das estatais.

Com a discussão do projeto da Comissão de Sistematização indo, agora, para o plenário da Constituinte, cuja representatividade tende a traduzir a média das aspirações da população brasileira, tenho fundadas esperanças de que a superação dos pontos polêmicos enseje a elaboração de um texto constitucional equilibrado. Uma Lei Magna que abrigue um regime harmônico de governo e um capitalismo moderno, fundados no respeito à liberdade individual e à liberdade de empreender, com justiça social, capazes de preparar a sociedade brasileira para a construção do Brasil do terceiro milênio. O Brasil do futuro.